

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2021.
(Do Deputado Delegado Antônio Furtado)

Apresentação: 15/04/2021 12:58 - CSPCCO

REQ n.24/2021

Requer a realização de audiência pública para tratar de questões relacionadas ao art. 144 da CF, sobre o sistema Nacional de Segurança Pública no Brasil.

Sr. Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, para discutir sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, previsto no Art. 144 da Constituição Federal.

Assim propomos a participação das seguintes entidades de classe na audiência ora solicitada:

- **ADEPOL DO BRASIL** - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil;
- **COBRAPOL** - Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis;
- **FENEME** - Federação Nacional das Entidades Militares Estaduais;
- **SINDELPOL** - Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.
- **SINDPOL** - Sindicatos dos Policias Civis do Estado do Rio de Janeiro.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219685418400>



* C D 2 1 9 6 8 5 4 1 8 4 0 0 *

JUSTIFICATIVA

Trata-se de requerimento que tem como objetivo a realização de audiência pública para discutir sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, previsto no Art. 144 da Constituição Federal.

Tendo em vista que a PEC 32/2020 promove alterações em diversos dispositivos da Constituição Federal, que de modo geral podem resultar na precarização dos serviços públicos, em afronta aos princípios da administração pública, especialmente o princípio da moralidade.

O ato de reformar implica em mudanças introduzidas para fins de aprimoramento e obtenção de melhores resultados, portanto não estamos diante desta definição, já que a alteração prevista resgata as relações trabalhistas políticas que norteavam o Estado brasileiro antes do advento da Constituição de 1988, ferindo direitos e garantias individuais e sociais, em claro retrocesso que serve de pano de fundo para o enfraquecimento do serviço público.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, propomos uma audiência pública, visando promover o debate de forma ampla e democrática com os representantes das entidades nominadas acima.

Ante o exposto, este Deputado pede aos ilustres Pares a aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Delegado **Antônio Furtado Deputado Federal (PSL/RJ)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219685418400>

